

País não abrirá mão do novo jumbo, diz Pastore

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

BRASÍLIA — "O Brasil não pretende gastar nenhum tostão de suas reservas. O Brasil pretende acumular mais reservas no ano que vem" disse ontem o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore. Por isso, segundo ele, o Brasil só deixará de incluir o pedido de recursos novos na próxima etapa de renegociação da dívida, se obtiver garantia de que os créditos dos organismos internacionais e fornecedores assegurarão a cobertura do déficit do balanço de pagamentos de 1985.

Pastore negou que o Brasil possa desistir de novo **Jumbo** por pressão dos bancos internacionais, diante de eventual resistência ao aumento do comprometimento do País: "Não é posição dos banqueiros. Eles não têm nada a ver com esse tipo de posição. Têm a ver com o que estamos fazendo".

O presidente do Banco Central não respondeu a pergunta quanto à falta de ingresso de recursos novos e se isso pode agravar a recessão, já que o País não vai dispor de poupança externa e nem margem para abrir as importações ou redirecionar a produção para o mercado interno. Explicou que, por enquanto, existe apenas "uma possibilidade de o dinheiro novo ser nulo".

Como o governo brasileiro ainda não concluiu as projeções sobre o comportamento das contas externas em 1985 e também não acertou com fornecedores, com o Banco Mundial e outros organismos internacionais a liberação de recursos suficientes para cobrir o

déficit em conta-corrente projetado de US\$ 4 bilhões, o presidente do Banco Central negou qualquer comentário adicional sobre o fechamento do balanço de pagamentos do próximo ano:

"Estamos fazendo estudos sobre quanto vamos precisar. Eventualmente, nada. Em segundo lugar, a questão de que se precisa ou não de recursos novos dos bancos e, pura e simplesmente, de se calcular o saldo comercial, o déficit em conta-corrente e quanto há de recursos de fontes oficiais. Esse é o exercício que está sendo feito. No momento, é o que estamos desenvolvendo. Então, tudo vai depender de como sairão as projeções do balanço de pagamentos e dos entendimentos com o Banco Mundial, fornecedores etc."

Além do déficit em conta-corrente de US\$ 4 bilhões, estimado pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, o Brasil precisará pagar US\$ 1,7 bilhão da parcela de amortização não congelada da dívida a vencer em 1985, a qual não pesará na definição do **jumbo**, já que o Fundo Monetário Internacional (FMI) deverá manter, no próximo ano, a liberação de US\$ 1,8 bilhão e o País contará com o ingresso de investimentos diretos.

APLICAÇÕES DO BB

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, determinou o limite de Cr\$ 700 bilhões para aplicações do Banco do Brasil este mês, o que significa uma forte contenção para evitar estouro nas metas monetárias. Esses recursos serão aplicados apenas no custeio agrícola e

crédito à exportação. Nos financiamentos para a indústria, comércio, pequena e média empresa e outros setores, o BB vai operar com o retorno de empréstimos anteriores.

Essa drástica redução nas aplicações do Banco do Brasil, de Cr\$ 600 bilhões em relação ao previsto, foi explicada pelo secretário-geral do Ministério da Fazenda, Mailson da Nóbrega, como necessário porque o governo identificou para este mês fortes pressões na área do Tesouro Nacional, e autoridades monetárias, principalmente, nos gastos com aquisição de trigo, açúcar, café e preços mínimos. Essas operações podem requerer recursos de Cr\$ 500 bilhões que, somadas ao déficit de Cr\$ 120 bilhões do Iapás, colocariam em perigo a programação monetária acertada com o Fundo Monetário Internacional.

Apesar da contenção nas aplicações, o BB ainda vai ter de entrar agressivamente na captação de depósitos a prazo, para viabilizar o plantio da safra agrícola. Mailson assegurou que o governo continuará comprando trigo no Paraná, ao mesmo tempo em que começa a comprar o trigo no Rio Grande do Sul. Também se intensifica, este mês, a compra de açúcar do Nordeste. Diante de todas essas pressões, o secretário-geral da Fazenda praticamente descarta a abertura de linha de crédito especial para as pequenas e médias empresas exportadoras, por considerar que qualquer dinheiro adicional deve ser aplicado primordialmente na agricultura.